



**APRESENTAÇÃO
INSTITUCIONAL**
2024

Aprovações em 2024

REFORMA TRIBUTÁRIA

- **Carga tributária mais justa** para o produtor rural, além de ampliar o acesso da população a alimentos essenciais com a **inclusão de mais itens na cesta básica** > **Senado**

SAFRISTAS - PL 715/2023

- Criou condições para trabalhadores temporários do campo, **manterem benefícios sociais fora do período de colheita**, promovendo a **formalização desses empregos e a garantia da mão de obra** > **Senado**

IMPEDIMENTO AOS INVASORES DE PROPRIEDADES - PL 709/2023

- Criou restrições a quem for **condenado por invasão de propriedades**, impedindo o acesso a benefícios governamentais e cargos públicos, **coibindo esses atos criminosos** > **Senado**



Aprovações em 2024

DÍVIDAS DOS PRODUTORES DO RS – PL 1536/2024

- Concessão de anistia aos produtores rurais do Rio Grande do Sul, permitindo que eles **adiem o pagamento de parcelas de crédito até dezembro de 2024** > **Senado**

HIDROGÊNIO VERDE – PL 2308/2023

- Facilitou a transição para o uso de hidrogênio de baixa emissão, contribuindo para a redução de gases de efeito estufa > **Senado**

FARELO E ÓLEO DE MILHO – PL 1548/2022

- Equiparação do tratamento tributário do milho ao da soja, com isenção de PIS/Cofins, o que **reduz os custos de produção de ração animal, óleos e derivados do farelo** > **Sanção**



Aprovações em 2024

COMBUSTÍVEL DO FUTURO – PL 528/20

- Fortaleceu a cadeia produtora de matriz energética renovável do Brasil, com avanços no **biodiesel, biometano e o novo combustível sustentável para a aviação** > **Sanção**

DEPRECIÇÃO ACELERADA – PL 2/2024

- Vantagens fiscais para a **compra de máquinas e equipamentos novos**, incentivando a modernização do setor agropecuário > **Sanção**

SILVICULTURA – PL 1366/2022

- Retirou-se a silvicultura da lista de atividades consideradas potencialmente poluidoras, **viabilizando o crescimento dessa prática sustentável** > **Sanção**



Atos do Executivo

MP DO FIM MUNDO (MP 1227/2024)

- Devolução da MP, que proibia a utilização de créditos de PIS/COFINS para compensações de outros impostos.
- **Estimado em um impacto de R\$ 30 bilhões.**

PESTICIDAS (47/2023)

- A derrubada do veto permitiu a **modernização do uso de pesticidas** no Brasil, após 20 anos de debates no Congresso.

TRANSFERÊNCIA DE ICMS (48/2023)

- Com a derrubada do veto, produtores rurais foram beneficiados com a isenção de ICMS no trânsito de mercadorias entre propriedades do mesmo contribuinte, **reduzindo a burocracia e custos operacionais.**

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA (PL 45/2023)

- A derrubada do veto garantiu a **regularização de terras na Amazônia**, essencial para dar **segurança jurídica aos produtores rurais e combater o desmatamento ilegal.**



Pautas Prioritárias 2024



SAFRISTAS

- A falta de mão de obra formal, que resulta em atrasos e perdas na colheita, prejudicando toda a cadeia produtiva.
- O PL permite que mantenham benefícios sociais durante contratos temporários, protegendo os produtores rurais de violação dos direitos trabalhistas.



RECIPROCIDADE AMBIENTAL

- A União Europeia impõe rigorosos padrões ambientais aos países exportadores, como o Brasil, enquanto não aplica as mesmas exigências aos seus próprios produtores. Reforçando a ideia de que os países tropicais, como o Brasil, assumam o papel de guardião das florestas enquanto os países ricos e impositivos expandem suas atividades agrícolas sem muitas restrições ambientais
- O grande desafio é encontrar meios para que o produtor brasileiro possa cobrar as mesmas exigências do produtor estrangeiro.

Pautas Prioritárias 2024



CBIOS

- O RenovaBio permite a compra de Créditos de Descarbonização (CBIO) comercializados em um mercado próprio. Esses créditos representam as emissões de carbono evitadas.
- O acordo setorial, prevê que produtores certificados recebam de 60% a 85% da receita líquida, dependendo da certificação.



SEGURO RURAL

- O Seguro Rural garante compensação financeira em caso de perda de produção, estabilizando a economia das propriedades.
- Contudo o programa atual é ineficaz e a demanda por seguro supera os recursos disponíveis, levando muitos produtores à falência.

Pautas Prioritárias 2024



BIOINSUMOS

- O Brasil é líder mundial no uso de defensivos biológicos. E a produção *on farm* pode reduzir em mais de 15x os custos.
- Sem uma nova Lei de bioinsumos ou a derrubada do veto n. 65 da Lei do Autocontrole, a partir de janeiro de 2025, a produção de orgânicos será ilegal, sujeita a prisão de 3 a 9 anos e multa.



INVASÃO DE TERRAS

Os projetos contra a invasão de terras visam combater a ocupação ilegal de propriedades rurais, assegurando o direito de propriedade e reforçando a segurança no campo.

- [PL 709/2023](#): restrição de benefícios e cargos;
- [PL 2009/2023](#): requisição de auxílio policial para reintegração de imóvel;
- [PL 2869/2023](#): aumenta a pena dos crimes ligados à invasão de terras;
- [PL 2250/2021](#): invasão de terra coletiva tipificada como ato de terrorismo.

Pautas Prioritárias 2024



REFORMA TRIBUTÁRIA

- Produtor Rural Integrado; Desoneração de Produtos Hortícolas; Crédito Presumido para Produtores Rurais Não Contribuintes; Conceito de Insumos Agropecuários; Inclusão de Carnes e Queijos na Cesta Básica; Imposto Seletivo sobre Bebidas Alcoólicas; Isenção Tributária para o Cooperativismo; Regulamentação do Biodiesel; Não incidência de tributos para o Fiagro; Diferimento em operações de venda de insumos.
- > **GARANTIR ESSES AVANÇOS NO SENADO FEDERAL**



PATEN

- Oportunidade estratégica de se alinhar às iniciativas globais de transição energética, e de agregar valor às cadeias como a produção de gás natural, na qual o estado se destaca.
- O Programa promove a produção de biomassa e biocombustíveis, e o aproveitamento de resíduos agroindustriais.

Pautas Prioritárias 2024



LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- Moderniza a legislação ambiental brasileira, criando uma política nacional que equilibra preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico.
- Padroniza licenças ambientais com prazos e validade unificados, simplifica processos de licenciamento para atividades como agricultura e pecuária.
- Reduz custos e potencialmente libera R\$121,5 bilhões em investimentos, destravando obras paradas e gerando 2,6 milhões de empregos.



MARCO TEMPORAL

- Estabelece 5 de outubro de 1988 como data de referência para o reconhecimento de terras indígenas.
- Prevê indenizações para proprietários com posse legítima de terras demarcadas após a data do Marco Temporal.
- PEC 48/2023 foi proposta pelo Sen. Dr. Hiran (PP/RR) e relatada pelo Sen. Esperidião Amin (PP/SC), com parecer favorável na CCJ, mas houve um pedido de vista em julho de 2024.
- O tema está sendo discutido também por uma Comissão Especial do STF.



Pautas Prioritárias 2024



INCÊNDIOS CRIMINOSOS

- Entre junho e agosto de 2024, o Brasil enfrentou incêndios criminosos exacerbados pela seca, causando R\$14,7 bilhões em prejuízos ao setor agropecuário e destruindo 2,8 milhões de hectares.
- O Decreto Federal nº 12.189/2024 impôs sanções indiscriminadas a produtores rurais, penalizando inocentes.
 - **PL 3304/2024** e **PL 3311/2024**: Aumentam pena de detenção para 10 anos em crimes dolosos, culposos com 6 meses mais multa.
 - **PDL 352/2024**: Suspende o Decreto 12.189/2024.
 - **PL 3300/2024**: Aumenta a pena de detenção em até 50%.
 - **PL 3299/2024**: Aumenta a pena quando o incêndio afeta mais de um município.
 - **PL 3365/2024**: Aumenta penas para 3 a 8 anos, com agravantes para danos irreversíveis, lesão corporal ou morte.



Obrigado!

PEDRO LUPION

Deputado Federal (PP-PR) &
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

